

O INATISMO DE LEIBNIZ E O FUNDAMENTO DA MORAL

Rodrigo ANDIA¹

RESUMO

Devido à importância do inatismo para a história da filosofia moderna em geral e para a metafísica em particular, os *Novos ensaios sobre o entendimento humano* de Leibniz são uma das obras mais relevantes acerca do tema. Representações que se encontram na alma antes de qualquer impressão sensível, para Leibniz elas lá estão virtualmente e somente os sentidos são capazes de atualizá-las, com o que o autor confere um novo papel para a experiência. De uma forma geral, o próprio conhecimento se dá unicamente pela passagem do virtual para o atual. Por outro lado, ao invés de pressuporem uma polêmica “concordância universal”, como pensava Locke, as idéias inatas permitem o conhecimento da moral e da subjetividade humana. Tal como se verá a seguir, no sistema leibniziano elas representam as razões eternas de Deus como fundamento necessário de toda a metafísica.

Palavras-chave: inatismo, idéias, empirismo, virtualidade, leis eternas

Os *Novos ensaios sobre o entendimento humano* apresentam a teoria do conhecimento de Leibniz e, principalmente, sua crítica ao empirismo clássico de Locke. É nesta mesma obra ainda que encontramos a revalidação do inatismo para o conhecimento da moral e da metafísica. Nesse sentido, procuraremos mostrar, no presente artigo, a relação da produção do conhecimento com a subjetividade humana.

A crítica que Leibniz endereça a Locke diz respeito diretamente à aquisição do conhecimento e sobretudo à existência das idéias inatas. Tal crítica tem inteiro fundamento, pois, para Locke, o conhecimento só pode ser adquirido por meio da experiência, uma idéia só existindo de fato se ela antes for percebida pelos sentidos. Neste caso, os sentidos são para o homem as janelas da alma, e, segundo as palavras de Locke: “Afirmar que uma noção está impressa na mente e, ao mesmo tempo, afirmar que a mente a ignora e jamais teve dela qualquer conhecimento, implica reduzir estas impressões a nada” (LOCKE, 1983, p. 146).

Segundo o filósofo inglês, a maneira pela qual adquirimos o conhecimento é prova suficiente de não haver uma única noção inata na alma humana, e, conforme sua

alegação, o inatismo tenta justificar-se por meio do apelo ao assentimento universal, o mais importante argumento em favor da existência de idéias inatas. No entanto, Locke deixará comprovado que o acordo universal entre os homens é adquirido por outras vias, isto é, pela experiência, e principalmente pelo princípio de não contradição. Este princípio afirma ser impossível uma coisa ser e não ser ao mesmo tempo. Sendo assim:

Esta falha é suficiente para destruir o assentimento universal que deve ser necessariamente concomitante com todas as verdades inatas, parecendo-me quase uma contradição afirmar que há verdades impressas na alma que não são percebidas ou entendidas, já que imprimir, se isto significa algo, implica apenas fazer com que certas verdades sejam percebidas. Supor algo impresso na mente sem que ela o perceba parece-me pouco inteligível. (LOCKE, 1983, p. 146).

A crítica feita por Leibniz é a de que o filósofo inglês não investigou a fundo o significado das idéias inatas e dos sentidos. O que ele afirmará é que a experiência realmente contém a sua importância, mas, no entanto, esta não é para produzir as idéias na alma. A experiência somente dará ocasião às representações (inatas) de serem descobertas.

Para Leibniz, as idéias inatas se encontram virtualmente na alma, na qual somente os sentidos poderão colocá-las em movimento ou em ato. É desse modo que a produção do conhecimento se dá, ou seja, na passagem da potência para o atual por meio da experiência; como refere o próprio autor: “Ora, a reflexão não constitui outra coisa senão uma atenção àquilo que está em nós, já que os sentidos não nos dão aquilo que já trazemos dentro de nós” (LEIBNIZ, 1988, p. 6). Em outras palavras, são justamente os sentidos que tiram da razão o véu que cobre todas as idéias inatas.

É com tal afirmação que Leibniz desfaz-se da objeção de Locke, de que certas representações não se encontram na alma somente porque não as percebemos. É justamente deste modo, que, para o nosso autor, a alma em si não pode ser assemelhada a uma lousa vazia, como Locke afirmava. Antes disso, é como se a alma se assemelhasse a uma pedra de mármore que possuísse veios nos quais já estivesse virtualmente inscrita a figura de Hércules². Desse modo, a experiência é, para a razão, uma confirmação daquilo que já está presente na alma, virtualmente.

¹ Graduando do 4º ano de Filosofia com orientação do Dr. Ubirajara Rancan de Azevedo Marques. Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp. CEP: 17525-900, Marília – SP, Brasil.

² Leibniz, *Novos ensaios sobre o entendimento humano*, Prefácio, 1988, p. 06.

O sistema leibniziano acerca das idéias inatas parece, a bem dizer, partilhar a concepção platônica das reminiscências, pois é desse modo que as idéias são percebidas na alma. Isso confirma, ao mesmo tempo, o ecletismo de Leibniz, pelo qual ele procura aliar vários sistemas filosóficos a favor do seu próprio sistema. De um modo geral, este sistema:

[...] parece aliar Platão com Demócrito, Aristóteles com Descartes, os Escolásticos com os modernos, a teologia e a moral com a razão. Parece que ele toma o que há de melhor de todos os lados, e que depois vai mais longe de que se tem ido até hoje. Neste sistema encontro uma explicação inteligível da união da alma e do corpo, coisa de que havia desesperado. Encontro os verdadeiros princípios das coisas nas unidades de substância que este sistema introduz, e na sua harmonia preestabelecida pela substância primitiva. (LEIBNIZ, 1988, p. 24).

Diante do próprio sistema referido por Leibniz, afirmamos que tudo aquilo que pode ser adquirido pela experiência não passa de noções provindas do exterior. Neste caso, todas as informações recebidas pelos sentidos são apenas noções que se concebem a partir do que vem de fora. Por outro lado, as representações que já se encontram na alma é o que Leibniz refere como sendo *idéias*, pois são aquelas que já estão concebidas lá. Isso significa, portanto, que todas as idéias estão presentes na alma antes de qualquer experiência: “Assim, podem denominar-se *idéias* essas expressões concebidas ou não, existentes na nossa alma, mas aquelas que se concebem ou formam podem denominar-se *noções, conceptus*” (LEIBNIZ, 1983, p. 143). Podemos perceber, então, que Leibniz faz uma clara distinção entre as representações virtuais da alma e aquilo que é adquirido pela experiência.

Se todas as idéias se encontram no interior da alma, é porque elas contêm uma razão maior de ser e oferecem algo que é divino. São elas que possibilitam o conhecimento da moral e da subjetividade humana, e, em outras palavras, é esta relação que se tem entre o plano divino de Deus e as representações virtuais da alma.

Com relação à posição assumida por Leibniz acerca das idéias, podemos entender a razão pela qual ele próprio distingue as verdades necessárias das verdades de fato. As primeiras podem ser classificadas como tudo aquilo que há de inato na alma. Não obstante, as verdades necessárias podem ser caracterizadas por todas as proposições da matemática, assim como da geometria, da aritmética, da lógica, e, no sentido metafísico, pelas leis eternas de Deus. Elas são as marcas de Deus impressas na alma de sua criatura, pois são elas que possibilitam o conhecimento do Ser divino pelo homem. Mas vale

lembrar que embora esses princípios sejam interiores ao próprio homem, eles nunca poderiam ser conhecidos se não houvesse os sentidos. É

[...] como a querer dizer fogos vivos, traços luminosos, ocultos dentro de nós, que os sentidos fazem aparecer como centelhas que o choque faz sair do fuzil. Não é sem razão que se acredita que tais raios de luz assinalam alguma coisa de divino e de eterno que aparece sobretudo nas verdades necessárias. (LEIBNIZ, 1988, p. 4).

Como foi colocada acima, a aquisição do conhecimento se dá pelo fato de o homem contribuir com algo que está em si próprio, a saber, todas as representações inatas que somente os sentidos podem despertar. Contudo, antes de elas fornecerem uma necessidade universal, elas garantem por si só o fundamento da moral e das razões eternas impressas por Deus na alma humana. Foi exatamente o argumento da moralidade que Locke desconsiderou ao criticar a existência das idéias inatas, e que, segundo Leibniz, foi mal entendido pelo autor inglês. E, assim, fica dito agora tudo o que se refere às verdades necessárias nas palavras de Leibniz:

Também a lógica, a metafísica e a moral, uma das quais forma a teologia e a outra a jurisprudência, todas as duas naturais, estão repletas de tais verdades necessárias, e por conseguinte a sua demonstração não pode provir senão de princípios internos que se denominam inatos. É verdade que não se deve imaginar que possamos ler na alma estas leis eternas da razão a livro aberto, como se lê o edito do pretor no seu livro sem trabalho e sem pesquisa; basta, porém, que possamos descobri-los em nós em virtude da atenção, sendo que a ocasião é fornecida pelos sentidos, e a seqüência das experiências serve ainda como confirmação à razão, mais ou menos como as provas servem na aritmética para melhor evitar o erro do cálculo quando o raciocínio é longo. (LEIBNIZ, 1988, p. 5).

Por outro lado, com respeito às verdades de fato, elas podem ser caracterizadas por tudo aquilo que provém da experiência, tendo em vista somente o que é parcial na natureza. Em outras palavras, os sentidos não nos dão senão aquilo que está na ordem natural das coisas, e, como já foi dito, são apenas noções que se concebem na alma a partir do exterior e que não representam uma necessidade e uma universalidade. Como o nosso autor refere, “os sentidos, se bem que necessários para todos os nossos conhecimentos atuais, não são suficientes para dar-no-los todos, visto que eles só nos fornecem exemplos, ou seja, verdades particulares ou individuais”. (LEIBNIZ, 1988, p.4). Com relação a esta

passagem, podemos compreender, então, que as verdades de fato, assim como Leibniz as entende, não podem nos oferecer senão aquilo que é confuso e que não pode ser demonstrado na natureza. É por essa maneira que o conhecimento somente encontra o seu fundamento por meio das razões eternas e das verdades necessárias.

Sendo esta a distinção das duas ordens de verdades, isto é, no que diz respeito às verdades necessárias e às verdades de fato, pode-se ver claramente que a própria metafísica ou a própria moral só podem provir do interior do homem. Elas, por sua vez, se fundamentam como conhecimento necessário ao próprio homem, pois elas se objetivam na *luz natural* da razão. Somente as verdades necessárias podem se apresentar de forma clara e distinta na alma, pois suas demonstrações são independentes dos exemplos fornecidos pela sensação.

A própria razão pode descobrir verdades que os próprios sentidos são incapazes de nos fornecer, pois ela possui em si mesma uma luz natural dada por Deus e que ilumina todas as representações inatas da alma. E, segundo a distinção do autor:

Existe tal tipo de verdades desta natureza, e teremos ocasião de falar delas. Entretanto, o que se denomina a *luz natural* supõe um conhecimento distinto, e muitas vezes a consideração da natureza das coisas não é senão o conhecimento da natureza do nosso espírito e dessas idéias inatas, que não temos necessidade de buscar fora. (LEIBNIZ, 1988, p. 35, grifo do autor).

Com respeito à luz natural dita por Leibniz acima, será necessário distinguir, então, a verdadeira moral que é conhecida puramente pela razão daquela que é despertada por sentimentos confusos na alma. Nesse sentido, afirmamos que Leibniz, também considera a existência de princípios da moral que não podem ser demonstrados. Esses últimos são o que ele considera uma espécie de *instinto*, e, em uma palavra, “é um princípio inato, mas não faz parte da luz natural, pois não o conhecemos de maneira clara”. (LEIBNIZ, 1988, p. 39).

Esses sentimentos, por sua vez, normalmente fazem parte das conveniências humanas, pelo costume entre as sociedades e pelos atos de humanidade, mas, no entanto, a razão não é capaz de demonstrá-los. Um exemplo que é comumente usado por Leibniz é o da justiça, pois é óbvio que existem princípios desta ordem que não podem carregar consigo as suas demonstrações. Por outro lado, a justiça também pode conter a sua extensão e perfeição na razão, quando consideramos a existência de Deus e a imortalidade

da alma. De um modo geral, embora Leibniz tenha destacado a importância que as verdades necessárias têm para o entendimento e para a moral, ele também não deixa de afirmar que a alma produz, muitas vezes, sentimentos obscuros e incertos, pois ‘o costume, a educação, a tradição, a razão contribuem muito para isto, mas a própria natureza humana não deixa de exercer a sua parte’’. (LEIBNIZ, 1988, p. 43).

Essa distinção leibniziana acerca dos princípios morais tende mais uma vez a mostrar que Locke não realizou uma investigação satisfatória sobre o assunto. Afirma Leibniz que o filósofo inglês apenas se preocupou com os princípios que fazem parte dos instintos e não deu a devida importância àqueles que fazem parte da luz natural. Foi por essa razão também que ele nem mesmo os considerou como sendo princípios inatos:

[...] já respondi que todo sentimento é a percepção de uma verdade, que o sentimento natural é a percepção de uma verdade inata (ainda que muitas vezes confusa, como o são as experiências dos sentidos externos; assim, podemos distinguir as *verdades inatas* da *luz natural*, que não contém nada que não seja distintamente reconhecível), como o gênero deve ser distinguido da sua espécie, visto que as *verdades inatas* compreendem tanto os *instintos* como a *luz natural*. (LEIBNIZ, 1988, p. 43, grifo do autor).

Fica dito, então, que todas as idéias inatas carregam consigo tudo o que é claramente distinto. Elas devem necessariamente ser conhecidas por todos e, nesse sentido, é como o exemplo utilizado por Leibniz, de que o círculo já contém em si todas as suas devidas propriedades.

Através desses princípios considerados inatos por Leibniz, mostram-se claramente que, para ele, o homem é inato por natureza. A própria idéia do ser é inata, pois ela não pode ser concebida a partir do exterior a não ser por um conhecimento interior que advém do próprio homem. Para Leibniz, essa idéia não possui outra forma de ser concebida a não ser pelo próprio espírito ou pelo entendimento, e, de um modo geral, o mesmo é válido para todas as idéias de Deus, no qual elas unicamente encontram o seu inteiro fundamento.

Desse modo, no sistema leibniziano, a idéia de um Ser infinito, onisciente e de uma grandíssima bondade só pode advir do espírito humano por meio das idéias inatas. É assim que se mostram também as idéias de virtude, do bem e da bondade, pois são elas que guiam o espírito humano ao caminho da verdade, que é Deus. Segundo Leibniz, é dessa

maneira que o espírito humano pode carregar consigo tantas outras verdades desta ordem, ou seja, uma ordem que não se encerra nos limites do mundo natural, pois ela mesma possui uma razão maior para a explicação das coisas. Nesse sentido, não há uma simplicidade e uma grandiosidade tão excelentes quanto a idéia de Deus, pois ela já carrega consigo o fundamento de toda a sua verdade e de toda a sua existência. De uma maneira geral, é por tal fundamento que adorar a Deus é um dos atos por excelência que o homem pode realizar, pois, segundo as palavras de Leibniz: “Acredito que o dever de adorar a Deus implica que nas ocasiões devidas cumpre assinalar que o honramos mais do que qualquer outro objeto, e que é uma consequência necessária da sua idéia e da sua existência”. (LEIBNIZ, 1988, p. 51).

Com todos esses argumentos que dizem respeito às verdades necessárias, encontramos, desse modo, em Leibniz, a sua própria defesa da religião natural. A razão desta, por sua vez, é a crítica aos materialistas que oferecem uma explicação mecânica para o mundo. Esses, segundo Leibniz, são aqueles que sustentam a impiedade e não admitem nem ao menos a existência de substâncias imateriais. De um modo geral, não souberam compreender as razões últimas que fundamentam e constituem o mundo. Sendo assim, não seria de outro modo, portanto, que Leibniz encontraria nas verdades necessárias o próprio fortalecimento da religião natural, pois são justamente elas que comprovam a existência da providência divina e de todo o seu governo.

Foi possível perceber, então, que por meio da produção do conhecimento e das idéias virtuais da alma fundamentam-se as regras da moralidade e a própria metafísica. Nesse sentido, tal relação mostrou claramente que o conhecimento só pode provir do interior do homem e que é somente pela experiência que as idéias inatas são atualizadas. Este foi, portanto, o modo pelo qual Leibniz ajustou o seu sistema no qual as verdades necessárias são as representações que já estão claras e distintas na alma e que representam as razões eternas de Deus.

Somente elas podem fornecer as causas finais e as razões últimas para a explicação do mundo natural, pois a natureza em si representa somente o que é parcial e individualizado. Segundo Leibniz, não é possível encontrar a totalidade das coisas no mundo ordinário, e, desse modo, a própria metafísica se torna necessária ao homem. Ela é, ao mesmo tempo, a razão suficiente de todas as coisas finitas, ou seja, um princípio extramundano que ultrapassa toda a ordem natural. Como diz o próprio Leibniz (1979, p. 155): “Com efeito, não se pode encontrar a razão suficiente de existir, nem em cada um

dos indivíduos, nem tampouco em todo o agregado e série das coisas”. E para finalizar tal afirmação, ele diz: “Disso tudo se conclui que nem na hipótese da eternidade do mundo se pode escapar à razão última extramundana das coisas, que é Deus”. É por tais motivos que, para Leibniz, não avançar além do mundo material seria negar ao mesmo tempo todo o governo e a onisciência de Deus.

Como um princípio extramundano, Deus é aquele quem rege e fabrica o mundo, sendo o único que age exteriormente ao homem. É Ele que ordena o mundo natural das coisas finitas, assim como as partes se ajustam perfeitamente com o todo. E, sendo assim, é somente pelas verdades necessárias que se pode perceber essa relação, ou melhor, essa harmonia na qual a ordem sobrenatural se relaciona com a ordem natural, como um todo agregado. E como foi possível perceber, o homem somente passa a conhecer essa harmonia quando o seu conhecimento potencial se torna atualizado por meio da experiência. Em outras palavras, essa harmonia é garantida porque o próprio mundo natural é o reflexo vivo do Universo, e, de um certo modo “[...] é preciso que estas obras tragam em si o caráter de Deus”. (LEIBNIZ, 1983, p. 120).

Ficou claro que, para Leibniz, a verdadeira moral é aquela que é descoberta pela luz natural da razão. É somente ela que identifica as verdadeiras obras de Deus e todas as idéias que estão situadas no entendimento, sendo por meio dela também que se tem o conhecimento de que Deus criou o melhor dos mundos possíveis na mais perfeita ordem. Uma ordem na qual a natureza e todas as suas substâncias se assemelham ao criador divino. Sendo assim, Leibniz (1983, p. 125).nos diz:

Ademais, toda substância é como um mundo completo e como um espelho de Deus, ou melhor, de todo o universo, expresso por cada uma à sua maneira, pouco mais ou menos como uma mesma cidade é representada diversamente conforme as diferentes situações daquele que a olha. Assim, de certo modo, o universo é multiplicado tantas vezes quantas substâncias houver, e a glória de Deus igualmente multiplicada por todas essas representações de sua obra completamente diferentes.

Todavia, Leibniz deixa evidente que o homem não pode se limitar às questões referentes ao conhecimento e àquilo que este pode nos revelar. Em outras palavras, o homem não pode se limitar à própria experiência, pois isto seria o mesmo que permitir a vitória da preguiça sem examinar a fundo as razões e as origens do conhecimento. De um outro modo, com relação à própria religião natural, seria negar ao mesmo tempo a grandeza e a magnitude de Deus.

Fica dito, então, que para Leibniz o fundamento da moral e da subjetividade humana se dá de acordo com a aquisição do conhecimento ou das verdades necessárias interiores ao homem. E este sistema tende a mostrar, portanto, que a causa primeira de todas as coisas encontra a sua necessidade em uma onipotência divina, extramundana e criadora do universo.

REFERÊNCIAS

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Correspondência com clarke*. Tradução: Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Nova Cultural, 1988. vol. 2, 298 p. (Os pensadores).

_____. *Discurso de metafísica*. Tradução: Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Nova Cultural, 1979, 298 p. (Os pensadores).

_____. *A monadologia*. Tradução: Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Nova Cultural, 1979, 298 p. (Os pensadores).

_____. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1988. vol. 1, 203 p. (Os pensadores).

_____. *Da origem primeira das coisas*. Tradução: Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Nova Cultural, 1979, 298 p. (Os pensadores).

_____. *O que é a idéia?* Tradução: Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Nova Cultural, 1979, 298 p. (Os pensadores).

ARTIGO RECEBIDO EM 2003.